

RODRIGUES DÓRIA, CARLOS SILVEIRA E A REFORMA DE IMPLANTAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES EM SERGIPE

Crislane Barbosa de Azevedo ¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
crislaneazevedo@yahoo.com.br

RESUMO:

Os grupos escolares foram erigidos como símbolo da modernidade pedagógica proposta pela República no Brasil. O modelo de ensino primário por eles representado foi inaugurado em São Paulo no final do século XIX. A partir de então, a experiência foi expandida para outros estados da Federação, inclusive, com a participação de profissionais paulistas em algumas reformas da instrução, a exemplo do que ocorreu com Sergipe. Esta pesquisa investigou a Reforma de 1911 em Sergipe, responsável pela implantação dos grupos escolares no estado. A Reforma ocorrida no governo de José Rodrigues da Costa Dória (1908-1911) contou com a participação do Professor paulista Carlos Silveira em 1911. Com base em pesquisa bibliográfica e documental, inferimos que o projeto sergipano, alvo de críticas e oposição, apropriou-se da experiência paulista, no entanto, não se mostrando como simples transplantação do modelo.

Palavras-Chave: Reforma da instrução. Grupos Escolares. Primeira República. Sergipe.

RODRIGUES DÓRIA, CARLOS SILVEIRA AND REFORM OF IMPLEMENTATION OF THE SCHOOL GROUPS IN SERGIPE

ABSTRACT:

The school groups were erected as a symbol of modernity proposed by the teacher in Brazil. The model of primary education they represented was opened in Sao Paulo in the late nineteenth century. Since then, the experiment was expanded to other states of the Federation, including with the participation of professionals across the state in some education reforms, as has occurred with Sergipe. This research investigated the Reform os 1911 in Sergipe, responsible for implementation of school groups in the state. The Reformation occurred in the government os Jose Rodrigues da Costa Dória (1908-1911) with the participation of professor of Sao Paulo Carlos Silveira in 1911. Based on literature and documents, we infer that the Sergipe project met with criticism and opposition, took possession of the experience of Sao Paulo, however, does not show how simple transplant model

Keywords: Reform of education. School Groups. First Republic. Sergipe.

Em Sergipe, no momento de implantação da República, a real situação do ensino primário era desconhecida. Diante disso e consciente da necessidade de reconhecer as verdadeiras condições desse ramo do ensino, a fim de que o governo, por sua vez, pudesse adotar as medidas que se fizessem necessárias, é que o Presidente do Estado, Felisbelo Freire, por meio de ato publicado na imprensa, inclusive, resolve comissionar, em 1890, o professor do Atheneu Sergipense, Cândido Campos, para percorrer todas as aulas primárias existentes em Sergipe, apresentando ao final, um relatório, cujos resultados demonstram a precariedade do atendimento da instrução pública (O REPUBLICANO, 1890, p. 1).

Em 1893, o Presidente de Sergipe, José Calazans, já falava da necessidade do ensino primário tornar-se obrigatório (SERGIPE 1893, p. 24). Preocupação com o ensino primário aparece novamente nas falas dos chefes do Executivo estadual à Assembleia Legislativa de Sergipe, como por exemplo, a opinião do General Oliveira Valladão, que diz que “a instrução publica, e principalmente a primaria, deve ser objecto dos nossos maiores cuidados” (SERGIPE, 1895, p.9) e o reconhecimento do Monsenhor Olympio Campos de que o nosso “ensino primário não está ainda organizado [...] nas condições em que deve ser” (SERGIPE, 1900, p.8).

Segundo Olímpio Campos, Presidente de Sergipe em 1900, “o povo, que não sabe ler, não conhece os seus direitos nem deveres, é um tutelado, que a essa posição se submete por deficiência, da instrução”(SERGIPE, 1900, p.8). Isso leva à compreensão do motivo pelo qual no projeto político e social republicano, a missão de formar o cidadão capaz de legitimar o Regime e regenerar a nação foi atribuída à educação popular. A escola no imaginário republicano passava a ser sinônimo do estabelecimento de uma nova ordem, base para a instauração do progresso no país. Mas foi também concebida como instrumento para a garantia do poder e a consolidação do novo Regime: “a educação apresentava-se como a possibilidade de realização da revolução dentro da ordem [...] a instrução pública era a via adequada para se eliminar os vícios e difundir as qualidades do regime republicano” (MONARCHA, 1989, p.44-58).

Em 1897, em Sergipe, um periódico apresentava ao longo de vários artigos a situação do ensino público. De acordo com o *A Notícia*, a instrução pública sergipana achava-se quase inteiramente afastada dos processos que os mais conscientes estudos experimentais introduziram na pedagogia e não se sabia mesmo quando e como conseguiria colocar-se a par de outros Estados da União. Os problemas que remontavam ao Império e tentavam perpetuar-se na República faziam com que a instrução primária não apresentasse solidez alguma, ao ser ministrada por métodos imperfeitos e caducos que levavam as crianças ao cansaço, logo, a um aborrecimento em relação à escola. A distribuição das cadeiras era feita sem critérios, da mesma forma que a classificação dos professores. Apesar do animado número de escolas primárias (150), os resultados eram poucos, devido à não adaptação ou à falta de vocação da maioria dos professores, segundo o jornal, que enumerava ainda outros problemas como: a imperfeição dos métodos adotados, a interferência dos partidos políticos e a precária fiscalização das escolas². Problemas estes que apontavam a necessidade de uma reforma consistente na Instrução.

Em 1910, um ano antes da reforma da instrução responsável pela reestruturação da Escola Normal e pela implantação dos grupos escolares, o Presidente José Rodrigues da Costa Dória afirmava, sobre a instrução pública, que “as coisas continuam no mesmo pé, no mesmo atraso”. Segundo o governante, em mensagem à Assembleia Legislativa no mês de março, a Escola Normal estava “desprovida de material necesssario para o ensino pratico e proveitoso [...] era de vantagem contractar fora do Estado pessoa competente que viesse remodelar o nosso ensino, atrasado em methodos, o que inutiliza em grande parte os esforços dos dedicados”(SERGIPE, 1910). Em nova mensagem ao Legislativo, em meses posteriores, afirmava que os recursos do orçamento não permitiam melhorar as condições das aulas primárias, que continuavam a funcionar em prédios impróprios, acanhados, quentes e quase sem mobília. Além disso, as escolas amontoavam-se nas localidades vizinhas à capital, uma vez que a sua distribuição não estava obedecendo ao critério da quantidade de população escolar(SERGIPE, 1910). Tornava-se necessário a realização de uma forte reforma nesse ramo do ensino. Esta viria a ser realizada no ano seguinte.

De acordo com Rodrigues Dória, “para resolver o problema do analfabetismo, entre outras questões, duas são imperiosas e essenciais: a disseminação do ensino por toda a

parte e a formação do professor. Porém, não é isso que tem sido feito. [Em Sergipe] tem-se sim, gastado muito, sem proveito, para satisfazer a interesses subalternos”(DÓRIA, 1916, p. 213-250).

Em 1911, o Presidente de Sergipe, José Rodrigues da Costa Dória, lamentava a situação da instrução pública no estado. De acordo com ele, os gastos não correspondiam aos resultados obtidos: “um ensino feito por métodos atrasados, e ministrado por docentes muitas vezes catados entre os protegidos e afilhados, sem se atender às aptidões e competência, e só com interesse de dar emprego”(SERGIPE, 1911, p. 51).

Sergipe fez uma reforma da instrução pública no início do século XX. Por meio do Decreto nº. 536, de 12 de agosto de 1911, o Presidente do Estado, José Rodrigues da Costa Dória, decreta a nova organização do ensino, ao mesmo tempo em que ordena que sejam observados os regulamentos baixados com a mencionada reforma.

O Regulamento do ensino primário de 1911 inaugura a modalidade de ensino primário em grupos escolares; detalha os procedimentos de organização e funcionamento das instituições de ensino; discorre sobre exames e disciplina escolares; prescreve sobre as atividades dos docentes do ensino primário; dá tratamento à profissionalização docente ao ater-se a concursos, provimento dos cargos, direitos e deveres bem como vantagens e penas aos profissionais da instrução; e, ocupa-se ao final com a fiscalização do ensino dispondo sobre o trabalho dos delegados do ensino e dos inspetores escolares, da Diretoria da Instrução Pública, além das atividades de estatística escolar, do fundo escolar e do ensino particular. O documento está organizado ao longo de trinta páginas onde se ordenam dezenove capítulos os quais compreendem cento e trinta e oito artigos, além de três anexos referentes a boletim mensal de frequência e certificados de habilitação e tabelas de vencimento e de despesas das instituições escolares³.

Na República consolida-se no Brasil a questão da responsabilidade do Estado para com a educação. O modelo de escola primária implantado em São Paulo no final do século XIX, materializado nos grupos escolares serviu de modelo para reformas educacionais em outros estados da federação, inclusive com a participação de profissionais paulistas na orientação de mudanças. Semelhante ao que ocorreu em outros estados, Sergipe contou com a presença do professor Carlos Silveira, normalista diplomado pela Escola Normal de São Paulo e diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista para participar de reforma da instrução com o objetivo de implantar um ensino moderno baseado na organização dos grupos escolares.

Diante do exposto, esta pesquisa tratou da educação escolar primária em Sergipe no início da República e do papel desempenhado pelo presidente estadual Rodrigues Dória e a Reforma da Instrução Pública de 1911, por ele empreendida e responsável pela criação dos Grupos Escolares no Estado. Investigou o processo de participação do professor paulista Carlos Silveira na referida reforma da instrução pública sergipana. Para tanto, foi feita pesquisa bibliográfica e documental e a análise foi desenvolvida sob perspectiva histórica. Foram utilizados documentos como: Mensagens do Presidente Rodrigues Dória pronunciadas na Assembleia Legislativa, Regulamento e Programa de ensino para os grupos escolares, livros de ofícios e atas dos antigos grupos, relatórios de diretores dos grupos e de inspetores escolares e jornais da época (*A Notícia*, *Diário da Manhã*, *Correio de Aracaju* e *O Estado de Sergipe*). Destes, foi possível entrar em contato com dados variados sobre o cotidiano das instituições de ensino bem como com discursos e discussões sobre a administração Rodrigues Dória (1908-1911) onde foi possível visualizar de modo geral, o que se discutia sobre a reforma do ensino de 1911 e, especificamente, sobre a contratação do professor Carlos Silveira.

Com o intuito de contribuir para o fortalecimento do Regime, cada vez mais os assuntos educacionais ascenderam nas discussões. A escola, apta a abrigar novos materiais didáticos, a proporcionar a coordenação e o controle dos profissionais do ensino e a atender aos novos objetivos estabelecidos pelos republicanos, foi consubstanciada nos Grupos Escolares, que consistiam em instituições públicas de ensino primário graduado que deveriam fazer uso de uma nova metodologia de ensino, incorporando exigências da pedagogia moderna tais como: a existência de bibliotecas, oficinas, pátio para o recreio, bem como o uso de novos materiais e mobiliário escolar.

As primeiras escolas denominadas de Grupos Escolares foram implantadas no Estado de São Paulo (SOUZA, 1998, p. 16) e datam do final do século XIX. A instalação de um Grupo revestia-se de toda a cerimônia, pois o “templo da sabedoria” era posto como representação de progresso e do desenvolvimento. O modelo paulista de escola graduada não deve ser, porém, estendido aos outros estados do país sem a verificação de possíveis particularidades. O perigo das generalizações é o de provocar conclusões equivocadas. Por isso, este estudo pretende-se atento às particularidades regionais, com o intuito de evitar a naturalização do processo de implantação dessas instituições consideradas modelares.

Sergipe: aspectos políticos

No jogo político da primeira República, o Estado de Sergipe em inícios do século XX, principalmente após a administração de Rodrigues Dória, último representante da oligarquia olympista, assistiu a uma vida partidária praticamente sem competição, sem debates, sem grande oposição, tornava-se responsável pela manutenção de políticos ligados às oligarquias locais no Executivo estadual⁴. Entres os administradores existiram aqueles que contribuíram para o crescimento do Estado, alguns se voltando inclusive para necessidades públicas mais gerais, como a instrução.

No campo econômico, em meio a um processo de modernização a que assistia o Estado, Sergipe diversificava-se: melhoria dos serviços públicos, vida social em movimento (jornais, greves, abertura de entidades culturais), a Capital era remodelada, transformações ligadas a um rápido crescimento urbano relacionadas a uma explosão demográfica alimentando uma vida da cidade, que se nutria de racionalização e aceleração do ritmo e vida. “No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se modernização” BERMAN, 1986, p.16), conforme Berman. O Brasil vivenciava isso. As obras urbanas realizadas a partir de 1900 em cidades de Sergipe, que caracterizam a sociedade sergipana⁵ do início do século XX assemelhavam-se às de outros estados da federação. Um cenário predominantemente rural, mas com mesclas de uma diversificação econômica e uma vida urbana crescente, na qual a educação foi tomada como elemento necessário ao novo projeto político.

Como símbolo maior dessa busca de modernização tem-se em 1911, a Reforma da Instrução Pública e a implantação dos Grupos Escolares. Estas instituições contribuíram para o projeto modernizador pelo qual passava o Estado e fizeram parte de um processo civilizatório ocorrido em Sergipe no início da República. Nesse Estado, um projeto de autonomia e modernização estivera presente desde os idos dos oitocentos com a luta pela emancipação política (1820) e a construção da sua capital planejada (1855). Pela via da educação escolar, porém, esse processo ganhou força no regime republicano.

A intensificação dos debates em torno das questões educacionais na República demonstrava que da educação, esperava-se que esta viesse “regenerar” as populações

brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas. Por isso caberia à educação a disciplinarização dos indivíduos, a qual ocorreria, sobretudo, por meio da apreensão de novos hábitos. A disciplina nos comportamentos sob a forma de vigilância escolar desembocava na proibição de determinadas condutas, o indivíduo era levado a um processo civilizador individual, uma das funções do processo civilizador social com o qual a escola laica muito contribuiu (ELIAS, 1990, p.16).

Os Grupos Escolares corresponderam a uma nova modalidade escolar, que podemos mesmo chamar de escola republicana. Neles, o uso de recursos didáticos modernos e de uma nova metodologia, bem como a exigência de profissionais com melhor formação (professores normalistas) visavam estabelecer os ideais e os valores republicanos (SOUZA, 1998, p.16). Esse modelo de escola, representação de uma modernidade pedagógica, foi introduzido no Brasil no final do século XIX. É um dado relevante quando se observa que esse feito se dava simultaneamente em outros locais do mundo, como Estados Unidos, Inglaterra e Espanha, ou seja, o Brasil estava em sintonia com as mais recentes inovações no que se refere ao ensino primário. Instalados primeiramente (no Brasil) no estado de São Paulo, possibilitou que a escola paulista fosse erigida como signo do progresso que a República desejava instaurar. Assim, transformou-se em sinônimo do moderno, servindo de modelo a ser exportado para outros estados da Federação⁶.

Reforma Rodrigues Dória de 1911 em Sergipe

Em Sergipe, no momento de implantação da República, a real situação do ensino primário era desconhecida. Levantamento feito no governo do Presidente do Estado, Felisbello Freire, em 1890, apresentou resultados que demonstravam a precariedade do atendimento da instrução pública (O REPUBLICANO, 1890, p.1). A preocupação com a instrução esteve presente em outros governos. Em 1893, o Presidente de Sergipe, José Calazans, já falava da necessidade do ensino primário tornar-se obrigatório⁷. Foi outro exemplo, a opinião do General Oliveira Valladão, que dizia que “a instrução pública, e principalmente a primária, deve ser objecto dos nossos maiores cuidados”(SERGIPE, 1895, p.9) e o reconhecimento do Monsenhor Olympio Campos de que o nosso “ensino primário não está ainda organizado [...] nas condições em que deve ser”. Segundo Olímpio Campos, Presidente de Sergipe em 1900, “o povo, que não sabe ler, não conhece os seus direitos nem deveres, é um tutelado, que a essa posição se submete por deficiência, da instrução”(SERGIPE, 1900, p.8). Isso leva à compreensão do motivo pelo qual no projeto político e social republicano, a missão de formar o cidadão capaz de legitimar o Regime foi atribuída à escola. “A educação apresentava-se como a possibilidade de realização da revolução dentro da ordem”(MONARCHA, 1989, p.44-58).

Em 1897, em Sergipe, um periódico apresentava ao longo de vários artigos a situação do ensino público. De acordo com o *A Notícia*, a instrução pública sergipana achava-se quase inteiramente afastada dos processos que os mais conscientes estudos experimentais introduziram na pedagogia e não se sabia mesmo quando e como conseguiria colocar-se a par de outros Estados da União. O jornal enumerava vários outros problemas⁸, os quais apontavam a necessidade de uma reforma consistente na Instrução. Afora várias regulamentações, esta reforma consistente foi decretada apenas em 1911 no governo do Presidente Rodrigues Dória, por meio do Decreto n.º. 536, de 12 de agosto de 1911.

Em Sergipe, a inauguração de Grupos Escolares para atender ao ensino primário público ocorreu em 1911, com o objetivo, conforme palavras do Presidente do Estado, José

R. da Costa Dória, de modernizar e tornar mais proveitosa a educação do Estado⁹. Naquele ano, dois Grupos foram inaugurados em Aracaju, palco das melhorias governamentais concernentes à educação. Foram eles: Grupo Escolar Modelo e Grupo Escolar Central (posteriormente denominado de Grupo Escolar General Siqueira)¹⁰.

De acordo com Rodrigues Dória, “para resolver o problema do analfabetismo, entre outras questões, duas eram imperiosas e essenciais: a disseminação do ensino por toda a parte e a formação do professor. Porém, não é isso que tem sido feito. [Em Sergipe] tem-se sim, gastado muito, sem proveito, para satisfazer a interesses subalternos” (DÓRIA, 1916, p.213-250).

Em 1911, o Presidente de Sergipe, José Rodrigues da Costa Dória, lamentava a situação da instrução pública no estado. De acordo com ele, os gastos não correspondiam aos resultados obtidos: “um ensino feito por métodos atrasados, e ministrado por docentes muitas vezes catados entre os protegidos e afilhados, sem se atender às aptidões e competência, e só com interesse de dar emprego” (SERGIPE, 1911, p.51).

Diante dos inúmeros problemas relacionados à educação e às novas finalidades atribuídas à escola primária, ocorreram em todo o país reformas no ensino público, trazendo mudanças qualitativas e quantitativas, entre as quais a adoção de novos métodos e o uso de variados materiais didáticos. Uma dessas mudanças foi a adoção de uma nova modalidade de escola primária – os Grupos Escolares. Tais instituições foram pensadas para atender à escolarização de uma grande quantidade de alunos. Essa escolarização em massa fundamentava-se em princípios racionais e técnicos baseados na divisão dos trabalhos nas instituições de ensino. A modernização do país estava associada à educação pública, responsável quer pela grandeza ou pela inferioridade da nação. Progresso através da ciência e comportamento baseado na racionalidade passavam a ser vistos como ingredientes para a promoção do desenvolvimento da nação.

Sergipe fez uma reforma da instrução pública no início do século XX. Por meio do Decreto n^o. 536, de 12 de agosto de 1911, o Presidente do Estado, José Rodrigues da Costa Dória, decreta a nova organização do ensino, ao mesmo tempo em que ordena que sejam observados os regulamentos baixados com a mencionada reforma. O Regulamento do ensino primário de 1911 inaugurava a modalidade de ensino primário em grupos escolares; detalhava os procedimentos de organização e funcionamento das instituições de ensino; discorria sobre exames e disciplina escolares; prescrevia sobre as atividades dos docentes do ensino primário; dava tratamento à profissionalização docente ao ater-se a concursos, provimento dos cargos, direitos e deveres bem como vantagens e penas aos profissionais da instrução; e, ocupava-se ao final com a fiscalização do ensino dispondo sobre o trabalho dos delegados do ensino e dos inspetores escolares, da Diretoria da Instrução Pública, além das atividades de estatística escolar, do fundo escolar e do ensino particular. O documento estava organizado ao longo de trinta páginas onde se ordenavam dezenove capítulos os quais compreendiam cento e trinta e oito artigos, além de três anexos referentes a boletim mensal de frequência, certificados de habilitação e tabelas de vencimento e de despesas das instituições escolares¹¹.

Figura 1 – Capa do Regulamento do Ensino Primário de 1911.



Acervo: Biblioteca Pública Epiphânio Dória.

O processo de implantação da nova regulamentação contou com a participação do técnico Carlos Silveira, normalista formado em São Paulo e com experiência na direção de Grupo Escolar no mesmo Estado. Sobre tal formação e experiência, afirmava o próprio professor, em carta datada de 1947:

Iniciei a minha carreira no magistério publico paulista, ao ser nomeado, com vinte anos e meio de idade, em Fevereiro de 1904, para uma escola primaria do municipio da Capital. De la saf, em Agosto de 1907, afim de organizar um tipo novo de estabelecimento escolar, que então se experimentava, as escolas reunidas. Fui, assim, para as Escolas Reunidas da Avenida Paulista, com seis classes, exatamente no predio onde agora funciona o Liceu Eduardo Prado. Em Março de 1909, ainda no mesmo predio, as Escolas Reunidas da Avenida Paulista, sob minha direção, foram transformadas em Grupo Escolar da Avenida Paulista, com doze classes, ainda sob minha direção, da qual só sai em Fevereiro de 1912 (SILVEIRA, 1947, p.1).

O professor Carlos Silveira foi enviado pelo governo daquela unidade da Federação para atender à solicitação do governo de Sergipe, feita ao Secretário do Interior do Estado de São Paulo, Dr. Carlos Guimarães. Neste sentido, viagens de estudos a São Paulo e o empréstimo de técnicos deste Estado passavam a ser rotina administrativa na hierarquia das providências dos responsáveis pela instrução pública nos estados brasileiros, segundo Carvalho. O periódico *O Estado de Sergipe*, jornal oficial do poder executivo estadual, ao comentar sobre o professor Carlos Silveira, destacava o trabalho de técnicos paulistas em outros estados. Segundo o jornal, “varios são os professores paulistas em comissão nos Estados de S. Catharina, Paraná, Espírito Santo, Matto Grosso e no Acre, incumbidos do mesmo trabalho de que aqui se vem ocupar o dr. Carlos Silveira, correspondendo todos a expectativa dos governos dos referidos Estados”(O ESTADO DE SERGIPE, 1911, p.1).

Ao avaliar a própria obra, o Presidente Dória afirmou ter atendido tanto quanto possível ao que de mais moderno e proveitoso se tinha adotado em relação à educação, sempre observando a modéstia dos recursos do Estado. Era uma referência à pedagogia moderna, a qual contribuiu para viabilizar a infância como um objeto da política, garantindo aos assuntos educacionais um lugar de destaque nas políticas governamentais.

De acordo com a reforma, que inaugurou um movimento progressivo de construção de uma nova cultura escolar, o ensino público primário seria ministrado em grupos escolares e em escolas isoladas (art.3º). Em relação às escolas graduadas, especificamente, na capital, nas cidades e nas vilas em que a população escolar as exigisse, o governo poderia reunir as escolas em grupos, fazendo-as funcionar em um só prédio e sob uma direção uniforme (art. 5º) (ESTADO DE SERGIPE, 1911, p.1). Consoante Rodrigues Dória:

A pedra angular de todo o progresso é sem dúvida a instrução, sem a qual todos os elementos são improfícuos ou inúteis em mãos incompetentes. A instrução, porém, deve ser real, efficaz, ministrada por mestres habilitados e dedicados ao grande e elevado mistér de ensinar e não instrução de tabolêta, de reclame, para a collocação de protegidos e a conquista de glorias immerecidas (DÓRIA, 1929, p.5-6).

A reforma inaugurou um movimento progressivo de construção de uma nova cultura escolar, iniciando o processo de substituição do modelo escolar baseado nas chamadas escolas isoladas, ao mesmo tempo em que promovia uma “revolução nos costumes” sob o ponto de vista moral. Com base na nova cultura escolar implantada, a instituição de ensino seria o local do saber legítimo e autorizado e responderia, por isso, ao

objetivo do Estado republicano recém-nascido: o de formar cidadãos republicanos e civilizados, ou seja, detentores de maneiras e gestos dóceis, disciplinados, fortes, sadios e trabalhadores, para que, dessa forma, o Brasil progredisse social e institucionalmente.

Eleito em 1908, Rodrigues Dória enfrentou resistências. Figueiredo (FIGUEIREDO, 1989, p.301) mostra que o Senador gaúcho Pinheiro Machado, personagem influente na política nacional, apontava José Luiz Coelho e Campos como o melhor candidato ao governo de Sergipe, uma vez que o professor Rodrigues Dória provocava “desgostos e receios dentro do partido situacionista”. Segundo Figueiredo, para a política oligárquica, tradicional, o erro ou pecado maior de Dória era a competência e, principalmente, a honestidade, além do seu espírito liberal. Atualizado, o governante prestigiava os jornais, era amigo dos jornalistas, respeitava “com religioso cuidado, todas as liberdades”. Dória dizia mesmo com orgulho, em 1911, que: “nunca a imprensa gozou de tão completa liberdade como no meu governo”(SERGIPE, 1911). No momento de sua posse, circulavam na capital *O Estado de Sergipe*, *Folha de Sergipe* e *Correio de Aracaju*. Logo reaparece o *Jornal de Sergipe* (oposição ao governo) e eram inaugurados *O Operário*, *A Rua*, *O Tempo*, *Gazeta da Tarde*, *O Rebate*, *A Luz* e *Diário da Manhã*, o qual bem equipado e subvencionado pelo ex-presidente Josino Menezes, liderava forte campanha contra Rodrigues Dória. Este último periódico tornou-se enfático nas críticas ao governo¹², posicionando-se inclusive contrário à reforma da Instrução Pública posta em prática pelo Presidente em 1911.

Segundo o *Diário da Manhã*, todos os feitos para reorganizar o ensino público do Estado era trabalho perdido, sem eficácia e nem procedência. De acordo com o periódico, o grande dispêndio de tempo e de dinheiro, a grande preocupação com a questão educacional, que empolgava o Presidente do Estado na confecção de um novo Regulamento, em detrimento de outros cuidados, mal adaptando Sergipe à legislação paulista sobre assuntos de instrução, faria com que tudo viesse a ruir como um castelo de cartas. Em relação especificamente ao professor Carlos Silveira, pode-se afirmar que este enfrentou oposição antes mesmo de chegar a Sergipe. Através da imprensa, críticas a sua contratação eram feitas. Elas questionavam a necessidade de um professor externo ao Estado para a reforma da instrução. O *Diário da Manhã* era um dos líderes da realização dessas opiniões desfavoráveis à administração de Rodrigues Dória. O Presidente era apresentado como incompetente para reformar a instrução pública (DIÁRIO DA MANHÃ, 1911, p. 1). Dória, no entanto, não reprimia o jornal opositor.

Em contrapartida, jornais favoráveis ao governo publicavam em suas páginas inúmeros elogios ao Presidente e a sua administração. Exemplo disso era o que fazia *O Estado de Sergipe*, jornal oficial do Poder Executivo Estadual. O periódico defendia o papel de Rodrigues Dória em relação à contratação do professor Carlos Silveira. Segundo ele:

seria para admirar que os ignorantes e patoteiros não censurassem, á bocca pequena, nos passeios e nas esquinas o acto do exm. dr. Rodrigues Dória, presidente do Estado, contractando um professor em S. Paulo para vir aqui pôr em pratica os novos methodos pedagógicos do ensino primario e normal. / A censura dos protectores de mestres incompetentes, que fazem do ensino publico um ganha pão para filhados e apaniguados, a censura versa, segundo já nos constou, em não ter achado o exm. dr. Rodrigues Dória aqui no Estado, entre as competências de fancaria, homem habilitado para o papel que vem aqui desempenhar o dr. Carlos Silveira¹³.

O Professor Carlos Silveira ao chegar em Sergipe em 1911 já encontrara pronto o projeto da Reforma, sugerindo apenas modificações nem sempre aceitas pelo Presidente Rodrigues Dória, atento às especificidades sergipanas. Dessa forma, o professor paulista não se consolidava como autor responsável pela elaboração da reforma, mas o profissional designado para colocá-la em prática. Apesar das sugestões apresentadas ao governante sergipano, a chegada de Carlos Silveira era posterior à construção da Reforma. Ao recordar, anos depois, a sua participação na reorientação da instrução pública sergipana, afirmava o referido professor:

Cheguei a Sergipe em Agosto de 1911 e já encontrei elaborados os projetos dos dois regulamentos: o da Escola Normal e o do Ensino Primário, os quais me foram lidos pelo presidente Rodrigues Dória, que havia seguido de perto a orientação paulista. Sugeri algumas modificações, aceitas umas, recusadas outras, pois o Presidente, autor dos projetos, alegava que eu era de São Paulo e não conhecia o meio sergipano. “Em Sergipe precisa ser assim”, respondia ele, às minhas objeções (SILVEIRA, 1947, p.1).

Sobre o contexto sergipano da época apontava o professor Silveira alguns obstáculos à realização da obra reformadora. Recordava também o professor, de aspectos positivos encontrados no lugar, mais precisamente em relação à capital, Aracaju. afirmava Carlos Silveira:

Sergipe (Aracajú), quando lá estive, lutava com dois obstáculos muito sérios: falta de dinheiro e isolamento decorrente das comunicações raras e difíceis. Ensino não se obtém sem despesas grandes. Afigurou-se-me que a falta de comunicações deixava a população com um conceito falso, relativamente às suas próprias necessidades. Entretanto, achei em Aracajú um grupo de boas professoras primárias, que facilmente poderiam apreender quaisquer novas técnicas que lhes fossem apresentadas. Conheci não muitos elementos do magisterio primário, e poucos do secundário, e me pareceram bem aproveitáveis. Todos eles, primários e secundários, tinham muito orgulho da terra natal e tive a impressão de que não seria difícil tirar partido disso em benefício do ensino que se procurava melhorar. Não entrei em contacto com o professorado do Interior, pois, como disse, vi apenas parte do da Capital (SILVEIRA, 1947, p.1).

Ao comentar em 1947 sobre a sua estada em Sergipe, Silveira recordava, por um lado, os problemas financeiros e de comunicação entre os vários pontos do Estado o que dificultava o atendimento das necessidades da população. Lembrava, porém, por outro lado, das boas professoras do ensino primário que encontrou na capital, local onde atuou o professor paulista. Sobre o Presidente Rodrigues Dória, especificamente, relembra Carlos Silveira:

Vi o Dr. José Rodrigues da Costa Dória, pela primeira vez, ao chegar em Aracajú. Notei logo que era um homem culto, viajado, desejoso de bem fazer, cheio de excelentes qualidades, que melhor fiquei avaliando depois que voltei de Sergipe, visto como tive ocasião de me encontrar ainda muitas vezes, com o antigo Presidente que, além de me visitar, sempre

que vinha a São Paulo, escrevia-me longas cartas, interessantíssimas (SILVEIRA, 1947, p.1).

Poucos anos depois, na década de cinquenta, Nunes Mendonça avaliaria que ao professor Rodrigues Dória, quando presidente do Estado, muito devia a educação escolar em Sergipe, ressaltando a criação dos primeiros Grupos Escolares e o novo prédio da Escola Normal (MENDONÇA, 1958, p.171). José Calazans também fez um balanço das realizações de Dória. Em sua opinião, o Presidente “valorizou o ensino de formação do professorado, deu prédio próprio e condigno à Escola Normal, criou os primeiros grupos escolares, mandou vir um técnico paulista (prof. Carlos Silveira) para orientar os serviços educacionais, deixando, portanto, no Estado e, principalmente, na capital, a marca do seu benemérito governo”(CALAZANS, 1951, p. 6).

A criação de Grupos Escolares em Sergipe já tinha sido sugerida por um outro governante, Josino Menezes, que viria a fazer oposição a Rodrigues Dória em anos posteriores. Em 1903, ao afirmar a necessidade de algumas modificações no sistema educacional, Josino propôs à Assembleia Legislativa que o ensino primário fosse ministrado em “escolas públicas e grupos escolares e lyceus primários”(SERGIPE, 1913, p.18), não explicando, porém, a forma de concretização da mudança.

Em relação ao professor Carlos Silveira, Helvécio de Andrade¹⁴, diretor da instrução pública entre 1913 e 1918, afirmava em 1931 que: “aqui chegando, em Agosto [1911], o técnico paulistano meteu mãos á obra, conseguindo em 45 dias, fazer funcionar o ensino normal e os grupos escolares (Modelo e Central), depois General Siqueira, os primeiros que conhecera o professorado sergipano, em seu crônico bisonhismo, refratário à mudanças”(ANDRADE, 1931, p. 2).

O professor paulista, no entanto, enfrentou oposição a alguns de seus atos, exemplo disso foi a determinação do Desembargador Teixeira Fontes, Intendente municipal de Aracaju, através de ofício de 03 de outubro de 1911 que proibia a entrada (no momento de recreio) de alunos e professores da Escola Normal e dos Grupos Escolares Modelo e Central no jardim Olímpio Campos, localizado em frente aos prédios escolares. Segundo o Intendente, a autorização para que a população escolar frequentasse durante os recreios o jardim Olímpio Campos, por parte do Diretor da Instrução e da Escola Normal, Dr. Carlos Silveira, figurava abuso de poder. Segundo o referido Fiscal:

O fiscal encarregado da vigilância do jardim publico d’esta cidade trouxe hontem ao conhecimento do sr. Intendente que, informado pelo pessoal interno, verificou que os alumnos que freqüentam as aulas do predio, cuja porta secundaria dá sahida para o jardim, achavam-se todos no interior do mesmo, acompanhados das exmas. Educadoras, que declararam estarem as crianças em recreio. / O sr. Intendente auctorisame a declarar-vos que extranhou esse procedimento de quem quer que seja aconselhar o recreio das creanças no jardim publico. [...] No jardim têm ingresso todos, a horas determinadas, mesmo á noite, até as creanças, mas sob as vistas dos empregados, que sabem cumprir os seus deveres e tratar com os visitantes. / Não pode, porem a administração superior concordar que se pretenda tornar o jardim do povo também o logar de recreio de creanças escolares, máxime sem audicencia de quem é responsável por sua conservação.[...] ¹⁵.

A oposição ao professor mostrou-se firme e este não chegaria a concluir a sua obra em Sergipe, pois um mal entendido teria ocasionado o seu afastamento do campo

educacional sergipano¹⁶. O motivo do afastamento não foi apresentado por Helvécio de Andrade nas obras consultadas para a presente pesquisa. Esta questão não se encontra nem mesmo esclarecida em carta do Dr. Carlos Silveira, datada de 06/03/1947, referente à sua estada em Sergipe, em 1911. O afastamento do professor Silveira provocou mal estar entre as alunas normalistas, “no dia seguinte à rescisão do contrato, os quadros negros das salas de aula estavam cheios de protestos entre meados de Vivas ao Dr. Carlos Silveira”(ANDRADE, 1931, p.2).

O jornal *O Estado de Sergipe* discutiu a problemática da reação contra o professor paulista e afirmava que os opositores do Governo Rodrigues Dória, não encontrando motivos para acusá-lo, buscavam ferir o profissional da educação solicitado ao governo de São Paulo. Ao comparar a situação da instrução pública sergipana com a do Espírito Santo, a partir da influência paulista, o periódico considerava que em Sergipe imperava a malandragem faminta de uma infeliz coligação ávida pelos empregos públicos, responsável assim, pelas críticas à contratação de um profissional externo ao estado e detentor de um alto salário. Em outras palavras, o jornal mostrava que havia um questionamento sobre os custos da contratação do professor paulista, que recebia 800\$000 por mês. Este problema foi esclarecido por *O Estado de Sergipe*. Ao responder às críticas mostrava detalhes sobre a prestação de serviços do professor em terras sergipanas.

A crítica feita, segundo o noticiário do Governo, ocorria porque alguns jornalistas “incapazes e incompetentes” queriam o dinheiro, correspondente ao salário do professor Silveira, distribuído entre eles e não em proveito do ensino. As condições estabelecidas e aceitas por Sergipe na contratação foram determinadas pelo Estado de São Paulo, que propôs as mesmas já fixadas para os professores contratados por outros Estados, podendo, no caso de prorrogação contratual, tais condições serem alteradas. Tudo, no entanto, parecia nulo para uma certa oposição, o que era fruto do fato do Dr. Rodrigues Dória, segundo o órgão governista, ao invés de ter passado a direção do ensino a alguém sem a devida competência, ter posto à frente dos serviços de instrução um homem habilitado, estranho a Sergipe, preocupado simplesmente com o zelo de seu nome e com o serviço à frente do qual se encontrava, para o qual dispensava praticamente todo o seu dia, uma vez que dirigia a Instrução Pública, a Escola Normal e os dois Grupos Escolares (O ESTADO DE SERGIPE, 1911, p.2).

O fato era que o Presidente do Estado, como demonstrava em Mensagens à Assembleia Legislativa encontrava-se insatisfeito com a organização da Instrução Pública em Sergipe, e cansado de reformas que não proporcionavam grandes resultados buscou investir na educação escolar tomando por base o exemplo paulista, considerado na época como sinônimo de progresso educacional, racionalidade, desenvolvimento e inovação, tudo o que se entendia por modernização no período. Para isso, Rodrigues Dória acreditava ser necessário o investimento também em recursos humanos para o sucesso de uma nova reforma da instrução pública sergipana. Esta, pela urgência de reparos em que se encontrava, conforme Dória, exigia a contratação de um profissional já formado e com experiência no ensino primário público graduado e na formação de professores para contribuir na reorganização do ensino primário em Sergipe.

De acordo com a reforma empreendida em 1911 no Governo Rodrigues Dória, no que se refere à implantação dos grupos escolares, afirmava-se que, por ocasião de ser instalado um grupo escolar, seriam aproveitados todos os professores efetivos das escolas absorvidas pelo novo grupo (art. 9). O ensino nos grupos escolares, a exemplo do que também deveria ocorrer nas escolas isoladas, seria ministrado ao longo de quatro anos (art. 13) e abarcaria as seguintes disciplinas: Leitura, Escrita e Caligrafia; Instrução Cívica e Moral; Lições de Coisas; Ensino prático de Língua Portuguesa; Aritmética até regra de

três; Desenho; Noções de Geografia Geral e de História, especialmente do Brasil; Ginástica e Trabalhos Manuais (art. 11)(ESTADO DE SERGIPE, 1911, p.2).

Os Grupos Escolares passam, então, a partir de 1911, a fazer parte do cenário urbano da capital sergipana que apesar de enfrentar problemas estruturais como serviço de saneamento, vivenciava nas primeiras décadas da República, grande aumento populacional e era “o centro político-administrativo onde os poderes constituídos, fossem quais fossem suas dependências, engendravam suas decisões, era também o maior centro industrial e comercial de Sergipe”(DANTAS, 1999, p. 45). Os Grupos contribuíram para elevar o padrão de qualidade dos serviços públicos, uma vez que antes da instalação da escola graduada, só se encontravam em Sergipe escolas primárias mal distribuídas, sem obedecer a critérios demográficos de localização ou de importância sócio-econômica da região e em algumas vezes na dependência das relações entre chefes políticos do estado. A contratação do professor Carlos Silveira pelo Governo de José Rodrigues da Costa Dória fazia-se no intuito de promover melhorias nesse cenário problemático.

Para acabar com problemas como o alto custo de manutenção do ensino para poucos resultados efetivos, o presidente estadual resolve reformar todo o ensino primário e o ensino Normal. Para tanto, contrata um profissional paulista, a fim de pôr em prática no estado a organização primária experimentada por São Paulo, que se torna, no período, sinônimo de modernização pedagógica, logo, considerado como vanguarda do ensino no país. O ensino primário sofre, a partir de então, grande transformação com a implantação dos Grupos Escolares.

Ao analisar a situação política sergipana e relacioná-la com as iniciativas a favor da instrução pública, o professor Carlos Silveira, afirmava que:

A grande preocupação de cada governo que subia, sendo como era, fazer taboa rasa do período anterior, para erguer construção nova, demonstrava a qualidade bem brasileira do Estado de Sergipe, é verdade; mas colocava o Estado em tal ou qual oposição a São Paulo, onde, apesar dos pesares, desde Cesario Mota (1893/1894) mantinha-se uma certa continuidade administrativa em matéria de instrução pública, com o esforço constante para melhorar as técnicas adotadas. Inteligentes e operosos, os sergipanos, tinham e tem os predicados necessários para a organização, no seu Estado, de tudo quanto a civilização vai produzindo, excetuados apenas os casos em que não possam as condições de clima e solo favorecer determinados surtos. Saindo do Estado natal os sergipanos tem vencido na luta pela vida, em todos os centros mais adiantados do País, em carreiras as mais diversas, como é do conhecimento de todos e fácil de exemplificar. (SILVEIRA, 1947, p.2).

Ao observarmos o desenvolvimento da instrução pública sergipana na década seguinte, tais discontinuidades apontadas pelo professor Carlos Silveira, a partir da reforma de 1911, demonstravam mudança. A reforma implementada por Rodrigues Dória trouxe uma nova cultura escolar, de acordo com o projeto republicano de formação de um povo brasileiro civilizado. Recebida com opiniões favoráveis, mas enfrentando também uma resistência aguerrida, os elementos fundamentais desta Reforma – os grupos escolares – permaneceram e foram ampliados, estendendo-se a partir de 1918 para o interior sergipano.

Considerações finais

Podemos afirmar que como fruto da efervescência referente às discussões sobre a educação brasileira no início da República, Sergipe empreendeu uma reforma na instrução pública em 1911, a qual estrutura em novas bases o ensino normal e primário. Este passou a se organizar em escolas isoladas e em grupos escolares. A definição espacial de ambos os estabelecimentos ligava-se à adequação do lugar e à quantidade da população infantil escolarizável.

Os grupos escolares foram instituições eminentemente urbanas e redefiniram o lugar ocupado pela escola no traçado das cidades. Foram criados para atender a muitos alunos, fazendo com que um grande número de estudantes tivesse acesso aos mesmos métodos, conteúdos, recursos didáticos e orientações gerais. Planejados sob uma ordem racional, tinham a divisão do trabalho como base de seu funcionamento. Prédio próprio, amplo, arejado e higiênico, arquitetonicamente planejado; método de ensino pautado na valorização da experiência através dos sentidos; trabalho escolar executado mediante abundantes e variados recursos didáticos e professores formados especialmente para a docência no ensino primário são exemplos de características das escolas graduadas de ensino primário e público. A reunião dessas e de outras condições de funcionamento fazem desses estabelecimentos um símbolo da modernização pedagógica implantada no país, em que São Paulo, pioneiro na experiência, representava o foco irradiador do modelo.

Semelhante ao que ocorreu em outros estados, Sergipe contou com a presença de um professor de São Paulo para participar da reforma da instrução pública com o objetivo de implantar o que efetivamente existisse de mais moderno em termos educacionais. O projeto sergipano espelhado na experiência paulista não se mostrou como simples transplantação do modelo. O conhecimento e o respeito às especificidades de Sergipe foram registrados e postos pelo próprio Presidente Rodrigues Dória ao Professor Carlos Silveira na ocasião de sua contratação. Além disso, as discussões e as iniciativas de vulto em prol da instrução pública encontravam espaço em Sergipe desde os idos do Império, como atestam as regulamentações de Manoel Luís, na década de 1870 e ainda que não completamente concretizadas e aceitas por estudiosos e políticos do Império davam-nos noção do que se projetava naquele presente em termos educacionais.

Outro exemplo, desta vez não emanado dos administradores, foram as discussões realizadas através da imprensa na última década do oitocentos, a exemplo do que se publicava nos periódicos *A Notícia* e *O Republicano*. A própria criação dos Grupos Escolares, instituições que marcaram decisivamente a organização escolar sergipana durante todo o século XX, já havia sido sugerida em 1903 por Josino Menezes, portanto, oito anos antes da reforma que efetivamente os implantou. Percebe-se, naquele momento, a existência de um conhecimento sobre possibilidades de mudanças no ensino público, não postas em prática talvez por questões financeiras ou simplesmente pela inexistência do caráter de prioridade por parte de integrantes das administrações estaduais do início do século XX.

Dessa maneira, o Professor Carlos Silveira ao chegar a Sergipe encontrou um terreno produtivo em discussões, tão fértil a ponto de deparar-se com a consequência, relativamente óbvia, da oposição à sua presença, considerada por alguns como desnecessária. Porém, não devemos deixar de compreender, sobre a participação de Sergipe nesse movimento de contratação de professores paulistas, que esse feito poderia significar para o contratante uma real esperança de melhorias efetivas no sistema público de ensino. Dessa forma é que mesmo enfrentando forte oposição, inclusive com grandes discussões na imprensa, o Presidente Rodrigues Dória solicitava e contratava de São Paulo

um técnico em Educação. Ao Professor Silveira, detentor de experiência com a direção do ensino graduado em São Paulo, coube canalizar as possibilidades administrativas para a concretização da reforma da Escola Normal e do ensino primário, já pensada por Rodrigues Dória. A curta estada do referido professor e a sua localização apenas na capital do Estado, pode ser também considerado um fator limitador da ação do docente.

Pode-se afirmar assim, que em Sergipe, os Grupos integraram um movimento modernizador iniciado no século anterior e foram implantados em um ambiente onde a oposição ao projeto fez-se presente. Isso, entretanto, não impediu a efetivação do mesmo. Este, por sua vez não deve ser visto como um simples transplante de modelo, oposição e atenção às especificidades locais estiveram presentes no processo.

Referências

- AZEVEDO, Crislane B. de. *Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância*. Natal: Editora da UFRN, 2009.
- CALAZANS, José. O ensino público em Aracaju (1830-1871). Aracaju: Livraria Regina – *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. n. 20, 1951, Separata. (Coleção Estudos Sergipanos; 8).
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos F. Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.
- DANTAS, José Ibarê C.. *O tenentismo em Sergipe: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930*. 2 ed. Aracaju: J. Andrade, 1999.
- _____. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*. 2 volume, Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.
- LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de Educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- MENDONÇA, José Antônio Nunes. *A educação em Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, 1958.
- MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova*. São Paulo: Cortez; Autores Associados. 1989 (Coleção Educação Contemporânea. Série memória da educação).
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas).

Fontes

ANDRADE, Helvécio de. *Escola Sergipana*. Aracaju: Typ. D'O Luctador, 1931.

DÓRIA, Rodrigues. Conferência lida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, v. 3, n. 1-4, 1916, p. 213-250.

DÓRIA, Rodrigues. *Conferência feita no Instituto e Histórico e Geographico de Sergipe* por solicitação e sob os auspícios do mesmo instituto, em noite de 21 de janeiro de 1929 pelo Im. “Rodrigues Dória”. 33p. (manuscrito).

SILVEIRA, Carlos. *Carta de Carlos Silveira* enviada ao Senhor José Calazans a pedido deste referente á sua estada em Sergipe, em 1911, trabalhando na área da Educação: 1947. São Paulo, 06/03/1947.

ESTADO DE SERGIPE. Regulamento do Ensino Primário expedido pelo Exm. Snr. Dr. José Rodrigues da Costa Dória presidente do Estado por decreto n. 563 de 12 de agosto de 1911. Aracaju: Typ. Commercial, 1911.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de Setembro de 1893, pelo Presidente do Estado Dr. José Calazans. Aracaju: Typ. do “O Republicano”, 1893.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de Setembro de 1895, pelo Presidente do Estado Coronel Manoel P. de Oliveira Valladão. Aracaju: Typ. do “Diario Offical”, 1895.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de Setembro de 1900, pelo Presidente do Estado Monsenhor Olimpio Campos. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1900.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de Setembro de 1903, na instalação da 2ª Sessão Ordinaria da 6ª legislatura, pelo Presidente do Estado Sr. Josino Menezes. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1903.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de Setembro de 1910, na instalação da 2ª Sessão Ordinaria da 10ª legislatura, pelo Presidente [...] Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1910.

SERGIPE. Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de Setembro de 1911, na instalação da 2ª Sessão Ordinaria da 10ª legislatura, pelo Presidente [...] Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria. Aracaju: Typ. do “O Estado de Sergipe”, 1911.

Jornais

A Noticia. Aracaju, 20/01/1897, 22/01/1897, 11/08/1897 e 16/08/1897.

Diário da Manhã. Aracaju, 31/08/1911 e 24/10/1911.

Diário da Manhã. Aracaju, 31/08/1911, n. 162, p.1.

O Estado de Sergipe, Aracaju, 04/10/1911, n. 3668, p. 2

O Estado de Sergipe, Aracaju, 04/10/1911, n. 3668, p. 2.

O Estado de Sergipe. Aracaju, 22/07/1911, n. 3608, p. 1.

O Estado de Sergipe. Aracaju, 26/07/1911.

O Estado de Sergipe. Aracaju, de 12/02/1911 e de 22/07/1911.

O Republicano. Aracaju, 11/09/1890, n. 234, p. 1.

¹ Crislane Barbosa de Azevedo é Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² Ver: *A Notícia*. Aracaju, 20/01/1897, 22/01/1897, 11/08/1897 e 16/08/1897.

³ Há um equívoco no documento quanto à numeração dos Capítulos que vão do I ao XX. A inexistência do Capítulo VIII faz com que o Regulamento apresente efetivamente dezenove capítulos e não vinte. Tal inexistência não inclui artigos posto que a seqüência dos mesmos segue normalmente do Capítulo VII (Art. 43 ao 48) para o Capítulo IX (Art. 49 ao 61).

⁴ Esse cenário vivido por Sergipe após 1911 difere aquele do início da República, marcado pela competição de grupos políticos ligados ao poder oligárquico e a oposição a este, o que foi responsável pela intervenção do Governo Federal em terras sergipanas. Um exemplo disso ocorreu em 1906 com a revolta Fausto Cardoso. Fausto, Deputado Federal, liderou uma revolta em Sergipe contra o poder oligárquico da família Campos. O resultado do conflito foi a morte de Fausto Cardoso e posteriormente do líder dos Campos, o Padre Olympio Campos.

⁵ Características de Sergipe nos planos político e econômico podem ser visualizadas também nas obras: FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*. 2 volume, Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989; DANTAS, José Ibarê C. *O tenentismo em Sergipe: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930*. 2 ed. Aracaju: J. Andrade, 1999; _____. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

⁶ Com a Reforma Caetano de Campos inaugura-se a lógica que preside a institucionalização do modelo escolar paulista. Ver: CARVALHO, Marta Maria C. de. *Reformas da Instrução Pública*. VEIGA, Cynthia G. *500 anos de Educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 225-226.

⁷ SERGIPE. *Mensagem apresentada à Assembléa* [...] 07/09/1893, p. 24.

⁸ Ver: *A Notícia*. Aracaju, 20/01/1897, 22/01/1897, 11/08/1897 e 16/08/1897.

⁹ Decreto 563 de 12 de agosto de 1911.

¹⁰ Sobre grupos escolares em Sergipe na Primeira República, ver: AZEVEDO, Crislane B. de. *Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância*. Natal: Editora da UFRN, 2009.

¹¹ Há um equívoco no documento quanto à numeração dos Capítulos que vão do I ao XX. A inexistência do Capítulo VIII faz com que o Regulamento apresente efetivamente dezenove capítulos e não vinte. Tal inexistência não inclui artigos posto que a seqüência dos mesmos segue normalmente do Capítulo VII (Art. 43 ao 48) para o Capítulo IX (Art. 49 ao 61).

¹² Ver exemplos: *Diário da Manhã*. Aracaju, 31/08/1911 e 24/10/1911.

¹³ In: *O Estado de Sergipe*. Aracaju, 26/07/1911. Outros elogios a Rodrigues Dória e defesa pela contratação do professor Carlos Silveira – ver em: *O Estado de Sergipe*. Aracaju, de 12/02/1911 e de 22/07/1911.

¹⁴ O médico Helvécio de Andrade dedicou-se por décadas à área educacional. Foi por duas vezes diretor da Instrução Pública de Sergipe, primeiro de 1913 a 1918 e depois de 1930 a 1935. O professor e diretor da Escola Normal foi um entusiasta do projeto de reformas educacionais iniciado em São Paulo, onde havia passado pela experiência de inspetor geral da educação em Santos no final do século XIX.

¹⁵ Ofício do cidadão Hermenegildo Leao, secretario da Intendência Municipal de Aracaju, de 3 do corrente mez, ao Director da Instrucção Publica, publicado em *O Estado de Sergipe*, Aracaju, 04/10/1911, n. 3668, p. 2

¹⁶ Ver: SILVEIRA, Carlos. *Carta de Carlos Silveira* enviada ao Senhor José Calazans a pedido deste referente á sua estada em Sergipe, em 1911, trabalhando na área da Educação: 1947. São Paulo, 06/03/1947.

Artigo recebido em: 17/09/2009

Aprovado para publicação em: 10/02/2010